



## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-460

00025

DATA  
01/04/2009

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 460, DE 2009

TIPO

1 [ ] SUPRESSIVA 2 [ ] AGLUTINATIVA 3 [ ] SUBSTITUTIVA 4 [ ] MODIFICATIVA 5 [x] ADITIVA

AUTOR  
DEPUTADO DANIEL ALMEIDA E OUTROS

PARTIDO  
PCdoB

UF  
BA

PÁGINA  
01/02

## EMENDA ADITIVA

Inclua-se onde couber a seguinte disposição:

“Art. A União entregará aos municípios, excepcionalmente, a cada mês, no exercício de 2009, os valores referentes às perdas eventualmente ocorridas nas transferências do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, tomando por base os valores efetivamente recebidos em iguais meses do exercício de 2008, inclusive dos meses anteriores à publicação desta Lei.

§ 1º Os valores mensais de que trata o *caput* serão entregues até o último dia útil de cada mês; os valores de perdas retroativas deverão ser entregues no primeiro decêndio do mês subsequente ao da publicação desta Lei.

§ 2º À receita decorrente da transferência de que trata o caput aplicam-se as vinculações próprias do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.”

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda à MP 460, de março de 2009, é estabelecer uma compensação pela União às perdas de receita que vêm sofrendo os municípios nas transferências do FPM. As perdas recentes nas receitas do IPI e do imposto de renda resultam da ação conjunta da queda na produção e na renda nacionais, das desonerações concedidas pelo Governo Federal e na postergação das datas de recolhimento desses tributos.

O FPM vem perdendo receita, em termos reais, desde janeiro deste ano, frente ao mesmo período de 2008. A perda real em janeiro foi de 4,9%, enquanto a de fevereiro chega a 18,9%. A perspectiva mais otimista é que essas perdas se estendam pelo menos até o final deste primeiro semestre.

ASSINATURA \_\_\_\_\_





## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

EMENDA Nº

/

DATA  
01/04/2009

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 460, DE 2009

## TIPO

1 [ ] SUPRESSIVA 2 [ ] AGLUTINATIVA 3 [ ] SUBSTITUTIVA 4 [ ] MODIFICATIVA 5 [ x ] ADITIVA

AUTOR  
DEPUTADO DANIEL ALMEIDA E OUTROSPARTIDO  
PCdoBUF  
BAPÁGINA  
02/02

Além da perda direta de recursos para financiar as atividades das prefeituras, a redução do FPM também rebaixa os limites de despesas exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para gastos de pessoal e endividamento, criando todo tipo de dificuldade para os municípios.

Consideramos dever da União contrabalançar os efeitos causados por nocivos da crise internacional sobre os municípios. Ainda mais porque parte das perdas sofridas decorrem diretamente de atos do Governo Federal, como as desonerações sobre o IPI e o imposto de renda, cujos efeitos positivos são sentidos de modo muito diferenciado pelos municípios. Como 79% da receita do IPI, por exemplo, está concentrado em cinco Estados, uma parte de seus municípios podem até ganhar com essas desonerações; porém, as perdas de receita decorrentes da renúncia fiscal são distribuídas por todos os municípios. A União, além de ter maior capacidade para suportar perdas tributárias, ainda vem tendo uma perda menor que a do FPM em sua receita tributária e em sua receita corrente.

A determinação do pagamento dessa compensação durante o exercício de 2009, não se configurando despesa continuada, está perfeitamente enquadrada às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

*Mesmeiro*  
PCdoB

*Imônio*  
PCdoB - Bahia

*Alicia*  
PCdoB - Bahia

*Edilson*  
PCdoB - RJ

*Manoel*  
PCdoB

*João*  
PCdoB

*PCdoB*

01 / 04 / 2009  
DATA

ASSINATURA

